

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

118 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 4 a 08/04/2022

1. SESSÃO PLENÁR	CIA DO PE	1
	Embargo total ao petróleo, carvão, combustível nuclear e gás russos	1
	Armazenamento de gás	1
	Guerra na Ucrânia: proteção das crianças e jovens que fogem da violência	1
	Debate sobre os dois primeiros anos de mandato da Comissão Europeia	1
	Partilha de dados	1
	Direito à reparação	2
	Outros debates	2
2. ELEIÇÕES NA H	UNGRIA E EM FRANÇA	2
	Hungria	2
	França	2
3. MECANISMO NACIONAIS	DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - PAPEL DOS PARLAMEI	NTOS 3
4. UCRÂNIA: INTI	ERVENÇÕES DO PRESIDENTE ZELENSKYY NOS PARLAMENTOS	3
5. CONFERÊNCIA	SOBRE O FUTURO DA EUROPA SESSÃO PLENÁRIA	3
6. NEXT GENERAT	TION EU OBRIGAÇÕES VERDES	4
7. AGÊNCIA DIREI	ITOS FUNDAMENTAIS REFORÇO DO MANDATO	4
8. COMISSÃO EUR	OPEIA PACOTE EMISSÕES E POLUENTES	4
9. COMISSÃO EUR	OPEIA NOVA ESTRATÉGIA RECURSOS HUMANOS	5
10. COMISSÃO EUI	ROPEIA PROCESSOS POR INFRAÇÃO	6
11. REUNIÕES DO	CONSELHO DA UE	6
	Eurogrupo	6
	Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)	6
	Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	7
	Conselho (Agricultura e Pescas)	7
	Videoconferência informal dos ministros dos transportes	7
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		7
	Parlamento Europeu	7
	Comissão Europeia	8
	Conselho da União Europeia	8
13. ACADEMIA ES	STUDOS TEMÁTICOS	8



1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE¹

Teve lugar esta semana a sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, destacando-se:

Embargo total ao petróleo, carvão, combustível nuclear e gás russos O Parlamento Europeu aprovou uma resolução (513 votos a favor, 22 contra e 19 abstenções) que apela a medidas punitivas adicionais, incluindo um embargo total e imediato às importações russas de petróleo, carvão, combustível e gás. Apela ainda à exclusão da Rússia do G20 e outras organizações multilaterais, exclusão do sistema SWIFT e extensão das sanções à Bielorrússia. Foi também reiterado que a entrega de armas deve prosseguir e ser intensificada para que a Ucrânia se defenda eficazmente. O vídeo deste debate encontra-se disponível aqui.

Armazenamento de gás

Na <u>Síntese n.º 117</u> demos nota da proposta adotada na Comissão ITRE sobre a obrigação mínima de armazenamento de gás. O PE adotou esta semana a <u>proposta de planos que exigem que as instalações de armazenamento de gás da UE estejam cheias até 80% até novembro de 2022, prevendo-se um aumento da reserva de gás até 90% nos próximos anos.</u>

Guerra na Ucrânia: proteção das crianças e jovens que fogem da violência

O PE adotou uma resolução (509 votos a favor, 3 contra e 47 abstenções) relativa às medidas necessárias para proteger as crianças e jovens que fogem da violência e facilitar a sua integração nas comunidades dos países de acolhimento. É assim recomendada a presença de agentes de proteção de menores nas fronteiras, com vista a identificar de forma rápida e precisa crianças vulneráveis, registar a sua identidade e nacionalidade, bem como as suas necessidades específicas, serviços de apoio psicossocial e reagrupamento familiar, acesso a serviços básicos e cuidados e tutores para crianças não acompanhadas ou separadas. Os deputados reiteraram ainda que os países de acolhimento devem assegurar o mesmo acesso à educação e serviços de saúde que as outras crianças nos países de acolhimento e apelaram aos Estados-Membros para utilizarem da melhor forma possível os fundos disponíveis para apoiar a integração socioeconómica dos refugiados e protegê-los da discriminação e exclusão social. O vídeo do debate encontra-se disponível aqui.

Debate sobre os dois primeiros anos de mandato da Comissão Europeia

Na sessão de perguntas e respostas sobre os dois anos de mandato da Comissão Europeia, os tópicos mais referidos foram o Estado de direito na Hungria e Polónia, o reforço dos compromissos do Pacto Ecológico Europeu e a invasão russa da Ucrânia.

Partilha de dados

Foi aprovada uma <u>nova legislação europeia sobre a partilha de dados</u>, permitindo às empresas, sobretudo PME e *start-ups*, acesso a uma maior quantidade de dados, podendo assim desenvolver novos produtos e serviços. O acesso aos megadados é essencial para explorar o potencial da inteligência artificial pelo que, com esta nova legislação sobre a partilha de dados, as empresas poderão aceder-lhes a um menor custo e com menos entraves à entrada no mercado, permitindo-lhes colocar mais rápido os seus produtos no mercado, uma vez que é <u>gerada confiança na partilha de dados, tornando-a mais segura</u>.

-

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE



Direito à reparação

Foram também definidas as prioridades a respeito do <u>direito à reparação dos produtos</u>, procurando os deputados aumentar o interesse dos consumidores pelas reparações, garantindo que os dispositivos sejam mais duráveis e fáceis de reparar, incluindo peças removíveis e substituíveis. Concordaram assim que o direito efetivo de reparação deve englobar o ciclo de vida de um produto, ter em conta a sua conceção, produção ética, informação ao consumidor (incluindo rotulagem sobre a reparação), fomentando uma utilização mais eficiente de recursos e reduzindo o desperdício. Este direito à reparação deverá assim incluir <u>incentivos aos consumidores para reparar os seus produtos em vez de os substituir e regras harmonizadas de informação ao consumidor neste âmbito</u>.

Outros debates

- Igualdade salarial posição do PE sobre medidas de transparência salarial
- Energia seleção de projetos energéticos para financiamento
- Mulheres no Afeganistão apelo à inversão das restrições, sobretudo na educação
- Orçamento 2023 orçamento para o futuro

2. ELEIÇÕES NA HUNGRIA E EM FRANÇA

Hungria

No dia 3 de abril, realizaram-se eleições legislativas na Hungria. Recorde-se que, de acordo com o sistema eleitoral húngaro, cada eleitor tem direito a dois votos: um para um candidato de um dos 106 distritos eleitorais individuais (equivale a 106 lugares do total de 199 lugares no Parlamento), e outro voto para uma lista de partidos nacionais (os restantes 93 lugares são preenchidos a partir das listas nacionais). Os resultados, disponíveis aqui, foram os seguintes:

- Fidesz-KDNP (ECR) 135 mandatos (67,84%)
- Oposição Unida 56 mandatos (28,14%)
- Mi Hazánk (NI) 7 mandatos (3,52%)
- National Self-Government of Germans in Hungary (MNOÖ) 1 mandato

Recorde-se que o Fidesz não está filiado em alguma família política europeia (não-inscritos) e que o Partido Popular Democrata-Cristão (KDNP) pertence ao Partido Popular Europeu (PPE)

A Oposição Unida é uma aliança eleitoral que inclui os seguintes partidos: Movimento por uma Hungria Melhor (Jobbik - NI); MOMENTUM (Renew Europe); Partido Socialista Húngaro (MSZP - S&D); Coligação Democrática (DK - S&D); A política pode ser diferente (LMP - Greens/EFA); Diálogo para a Hungria (Párbeszéd - Greens/EFA).

França

No dia 10 de abril, realizou-se a primeira volta das eleições presidenciais em França, com os seguintes resultados (disponíveis <u>aqui</u>)





A segunda volta, disputada por Emmanuel Macron e Marine Le Pen, terá lugar a 24 de abril.

3. MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - PAPEL DOS PARLAMENTOS NACIONAIS

A Unidade para a Governação Económica (EGOV) do Parlamento Europeu, preparou, em fevereiro, um questionário sobre a dimensão parlamentar do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), em colaboração com o CERDP (Centro Europeu de Pesquisa e Documentação Parlamentar) e o Secretariado da COSAC, visando manter um registo sobre a forma como os Parlamentos nacionais se encontram envolvidos neste processo. Esta semana foi apresentada uma síntese das respostas recebidas, que se encontra disponível aqui. Destaca-se que, dos Parlamentos dos 24 Estados-Membros que responderam ao questionário, todos se encontram envolvidos no escrutínio da implementação do MRR, embora apenas a Assembleia da República tenha criado uma comissão especializada para o efeito na XIV Legislatura.

4. UCRÂNIA: INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE ZELENSKYY NOS PARLAMENTOS

Na Síntese n.º 117, demos nota de que o Presidente da Ucrânia Volodymyr Zelenskyy tem discursado perante os Parlamentos nacionais, em formato de videoconferência, sobre a situação no seu país.

O *think tank* do PE disponibilizou um *briefing* em que, com base nos discursos proferidos por Zelenskyy ao PE e a vários Parlamentos nacionais entre 1 e 24 de Março de 2022, sintetiza as principais mensagens do Presidente ucraniano e oferece algumas reflexões sobre a narrativa utilizada para manter a guerra da Rússia contra a Ucrânia no topo das agendas nacionais e internacionais. O *briefing* está disponível <u>aqui</u>.

5. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | SESSÃO PLENÁRIA²

Realizou-se no Parlamento Europeu em Estrasburgo, nos dias 8 e 9 de abril, a <u>6.ª reunião plenária</u> da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE), copresidida por Guy Verhofstadt (Parlamento

5

² Ponto elaborado por Liliane Sanches Silva, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus



Europeu), Dubravka Šuica (Comissão Europeia) e Clément Beaune (Conselho). A sessão foi dedicada à apresentação e debate das propostas dos grupos de trabalho, referentes aos nove tópicos da Conferência. As propostas baseiam-se nas recomendações dos Painéis de Cidadãos Europeus e Nacionais, nos contributos da plataforma digital multilingue e nas discussões ocorridas nos grupos de trabalho e no plenário da Conferência, e foram previamente discutidas nas reuniões que antecederam a sessão plenária, nomeadamente a reunião dos representantes dos Parlamentos nacionais que participam na sessão plenária - componente Parlamentos nacionais - e nas reuniões dos grupos de trabalho. O debate contou com a participação dos representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão Europeia, dos Parlamentos nacionais, dos parceiros sociais e dos cidadãos. Os vídeos de toda a sessão encontram-se disponíveis aqui.

6. NEXT GENERATION EU | OBRIGAÇÕES VERDES

Na passada semana, a Comissão Europeia angariou nos mercados mais 6 mil milhões de euros em fundos para o *NextGenerationEU*, através da **segunda emissão sindicada de obrigações verdes** (*green bonds*). Com vencimento a 4 de Fevereiro de 2043, esta obrigação a 20 anos eleva o financiamento total a longo prazo angariado no âmbito do *NextGenerationEU* para 99,5 mil milhões de euros, dos quais 20,5 mil milhões de euros em obrigações verdes.

Recorde-se que o *NextGenerationEU* é um instrumento temporário de apoio à recuperação da Europa da pandemia do coronavírus e à construção de uma Europa mais verde, mais digital e mais resiliente e que, para o financiar, a Comissão vai pedir emprestados até 800 mil milhões de euros a preços correntes nos mercados de capitais até ao final de 2026. Deste total, até 723,8 mil milhões de euros serão disponibilizados ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Para obter o financiamento necessário nas melhores condições de mercado possíveis, a Comissão está a implementar uma estratégia de financiamento diversificada, que combina **diferentes técnicas de financiamento com uma comunicação aberta e transparente aos participantes no mercado**. A Comissão tenciona aumentar até 30% todas as emissões do *NextGenerationEU* sob a forma de obrigações verdes.

7. AGÊNCIA DIREITOS FUNDAMENTAIS | REFORÇO DO MANDATO

O Conselho aprovou esta semana uma <u>alteração ao Regulamento que cria a Agência dos Direitos Fundamentais da UE</u>, visando reforçar o mandato da agência e melhorar o seu funcionamento por meio de procedimentos mais eficazes (Cfr. ponto 11). As <u>principais alterações ao regulamento</u> refletem-se na inclusão do domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal no âmbito de competências da agência, a fim de alinhar o seu mandato com o Tratado de Lisboa, mantendo a situação atual no que diz respeito à Política Externa e de Segurança Comum, que permanece fora da esfera de competências da agência. O atual quadro plurianual em que se baseia a definição do programa de trabalho da agência será ainda substituído por uma **programação anual e plurianual mais funcional**.

8. COMISSÃO EUROPEIA | PACOTE EMISSÕES E POLUENTES

A Comissão Europeia propôs esta semana dois novos regulamentos para reforçar a regulamentação de gases fluorados com efeito de estufa (gases fluorados) e das substâncias destruidoras do ozono (SDO):

- **proposta de novo regulamento relativo aos gases fluorados**: permitirá reduzir o equivalente a 40 milhões de toneladas de emissões de dióxido de carbono (CO2) até 2030, que



vai mais além da redução prevista na legislação em vigor. A proposta procura reforçar o sistema de quotas para os hidrofluorocarbonetos, melhorar a execução e o controlo do cumprimento da regulamentação, realizar uma monitorização mais abrangente e garantir o cumprimento do Protocolo de Montreal;

- proposta de novo regulamento relativo às substâncias destruidoras do ozono: a UE pretende prevenir o equivalente a 180 milhões de toneladas de emissões de CO2 ou de 32 000 toneladas de emissões de potencial de destruição do ozono até 2050. Procura a proposta reduzir adicionalmente emissões através da exigência de recuperação ou eliminação das substâncias destruidoras do ozono presentes nas espumas de isolamento aquando da renovação ou demolição de edifícios, racionalizar através da modernização do sistema de licenciamento e reforçar o controlo do cumprimento e da monitorização.

Foram também apresentadas esta semana <u>propostas</u> para atualizar e modernizar a <u>Diretiva Emissões</u> <u>Industriais</u>, procurando ajudar a orientar os investimentos industriais necessários rumo à transição da Europa para uma economia com impacto neutro no clima, competitiva, e sem poluição até 2050. As principais alterações incluem assim:

- licenças mais eficazes para as instalações;
- uma maior **ajuda para os pioneiros da inovação na UE** e a criação de um Centro de Inovação para a Transformação Industrial e as Emissões (INCITE);
- apoio aos investimentos da indústria na economia circular;
- sinergias entre a despoluição e a descarbonização.

As <u>novas regras</u> vão abranger também **mais instalações**, como explorações pecuárias intensivas de grande dimensão e extração de minerais e metais industriais e produção de baterias em grande escala, e procurarão aumentar a **transparência e participação pública** no processo de licenciamento (<u>portal das emissões industriais da UE</u>).

A Comissão preparou seções de perguntas e respostas sobre estes temas, disponíveis aqui e aqui.

9. COMISSÃO EUROPEIA | NOVA ESTRATÉGIA RECURSOS HUMANOS

A Comissão Europeia adotou uma <u>nova estratégia de recursos humanos</u> para maximizar o seu desempenho, proporcionando um local de trabalho moderno e carreiras gratificantes que atraiam melhores talentos de todos os Estados-Membros. Esta <u>estratégia</u> divide-se assim em três prioridades:

- **Um local de trabalho atrativo**: reforço da atratividade da Comissão enquanto empregador, criação de um ambiente de trabalho inclusivo, sustentável e flexível, com perspetivas de desenvolvimento profissional e condições de trabalho favoráveis às famílias. Esta prioridades encontra-se em conexão com a <u>Comunicação sobre a ecologização da Comissão</u> que visa reduzir ainda mais as emissões dos seus edifícios, adotar uma política inteligente e ecológica nas deslocações para o trabalho e encorajar a utilização de meios de transporte sustentáveis;
- **Processos de seleção e recrutamento mais rápidos e ágeis**: por forma a selecionar indivíduos mais talentosos e adaptados, assegurando condições de concorrência equitativas para os candidatos e maior equilíbrio geográfico entre o pessoal;
- **Uma carreira flexível e gratificante para todo o pessoal:** com recurso a orientação profissional e promoção da mobilidade interna e externa.

As três prioridades são complementadas com uma quarta, de caráter transversal: a **racionalização dos** serviços e dos recursos humanos e simplificação, digitalização e aceleração dos procedimentos.

A habitual secção de perguntas e respostas encontra-se disponível aqui.



<u>10. COMISSÃO</u> EUROPEIA | PROCESSOS POR INFRAÇÃO

No seu pacote regular de decisões relativas aos processos por infração, a <u>Comissão Europeia instaura</u> processos judiciais contra vários <u>Estados-Membros por incumprimento das obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE</u>. A lista completa de processos por infração encontra-se disponível <u>aqui</u>.

A Comissão instaurou assim os seguintes processos contra Portugal:

- Garantir a igualdade de tratamento no que diz respeito às concessões balneares a Comissão considera que a legislação portuguesa que confere aos titulares de «concessões balneares» existentes um direito de preferência nos procedimentos de concurso para a renovação dessas concessões não se afigura compatível com a <u>Diretiva Serviços</u> nem com a liberdade de estabelecimento prevista no Tratado. Portugal dispõe agora de dois meses para responder aos argumentos apresentados pela Comissão;
- Reconhecimento de qualificações profissionais violação das regras da UE em matéria de livre circulação de trabalhadores (artigo 45.º do TFUE), liberdade de estabelecimento (artigo 49.º do TFUE) e livre prestação de serviços (artigo 56.º do TFUE), bem como da diretiva relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais (Diretiva 2005/36/CE, com a redação que lhe foi dada pela Diretiva 2013/55/UE). A Comissão instaurou uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia por considerar que Portugal não corrigiu as infrações às regras da UE em causa na sequência do parecer fundamentado enviado pela Comissão em fevereiro de 2020 e do diálogo mantido com as autoridades portuguesas;
- Normas básicas de segurança a Comissão decidiu instaurar uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia por não ter transposto integralmente a Diretiva Normas de Segurança de Base revista (<u>Diretiva 2013/59/Euratom do Conselho</u>). Em novembro de 2019, a Comissão enviou um <u>parecer fundamentado</u> a Portugal, solicitando-lhe que a notificasse de todas as medidas de transposição. Portugal notificou medidas adicionais de transposição, mas ainda não elaborou um <u>plano de ação nacional para fazer face aos riscos a longo prazo decorrentes da exposição ao radão;</u>
- **Código Europeu das Comunicações Eletrónicas** ação instaurada contra <u>Portugal e mais</u> <u>nove Estados-Membros</u> pela não transposição integral deste Código.

11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

A <u>reunião foi dedicada ao debate sobre a situação e perspetivas macroeconómicas da área do euro</u>, nomeadamente o impacto da guerra na Ucrânia na área do euro a curto e médio prazo, bem como os preparativos para reuniões internacionais com o Grupo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Os ministros discutiram ainda soluções de compromisso entre a <u>privacidade e outros objetivos estratégicos na conceção do euro digital</u>, realizaram um debate temático sobre a evolução do mercado da habitação na área do euro e as suas implicações estratégicas (acessibilidade dos preços) e foram informados sobre a União Bancária e os seus aspetos operacionais.

Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)

Na área da <u>cultura</u>, foi debatida a proteção do setor cultural na Ucrânia e as medidas a tomar e apoio da UE nesta área, bem como adotadas conclusões sobre o <u>reforço dos intercâmbios interculturais</u> e sobre uma <u>estratégia europeia para as indústrias culturais e criativas</u>. Na área do <u>desporto</u>, os ministros



ouviram o seu homólogo ucraniano, Vadym Huttsait, e trocaram impressões sobre como o setor do desporto pode promover e defender os valores europeus, assim como a organização de atividades desportivas no contexto da guerra na Ucrânia, tendo sido aprovadas conclusões sobre o desporto e a atividade física enquanto alavancas promissoras para transformar comportamentos em prol do desenvolvimento sustentável. No que se refere à educação, os ministros debateram o reforço da gestão e a antecipação de crises no Espaço Europeu da Educação e a cooperação europeia no domínio do ensino superior, aprovando conclusões sobre uma estratégia europeia que capacite as instituições de ensino superior para o futuro da Europa e uma recomendação sobre a construção de pontes para uma cooperação europeia eficaz no domínio do ensino superior. Por fim, sobre a juventude, o Conselho adotou uma recomendação sobre a mobilidade dos jovens voluntários na UE e conclusões sobre a promoção da participação dos jovens enquanto agentes de mudança para proteger o ambiente.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Os ministros debateram a <u>aplicação das sanções impostas pela UE à Rússia e a sua eficácia, assim como o impacto da guerra na Ucrânia nas economias europeias</u>, tendo acordado continuar a acompanhar de perto a evolução da situação, confirmando a necessidade de unidade e solidariedade europeias. A reunião contou com a presença de Serhii Marchenko, ministro das Finanças da Ucrânia. O Conselho adotou também <u>conclusões sobre a autonomia estratégica do setor económico e financeiro europeu</u>, debateu a implementação das <u>conclusões do Conselho de 2021 sobre o reforço da arquitetura financeira europeia para o desenvolvimento</u>, bem como os trabalhos relativos à transposição para o direito da UE do acordo mundial alcançado no Quadro Inclusivo da OCDE, segundo o qual as multinacionais não deverão pagar um imposto inferior a 15 % em nenhuma parte do mundo. Foi ainda adotado o mandato reforçado para a Agência dos Direitos Fundamentais da UE.

Conselho (Agricultura e Pescas)

A Comissão Europeia apresentou aos ministros a sua comunicação sobre a preservação da segurança alimentar e o reforço da resiliência dos sistemas alimentares. Os ministros debateram ainda nesta reunião o apoio ao sistema de produção agrícola da Ucrânia, assim como confirmaram a necessidade de produção suficiente para salvaguardar a soberania alimentar da UE e contribuir para a segurança alimentar global. Foi ainda discutida a revisão em curso do regulamento LULUCF (regulamento relativo às emissões e remoções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, a alteração do uso do solo e as florestas).

Videoconferência informal dos ministros dos transportes

A reunião focou-se na troca de pontos de vista sobre <u>como pode a União Europeia proporcionar uma resposta coordenada na área dos transportes</u> ao impacto resultante da agressão da Rússia contra a Ucrânia, em três áreas principais: apoio à Ucrânia, proteção dos trabalhadores dos transportes e reforço da resiliência do sistema de transporte da Europa.

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Não haverá trabalhos no PE.



Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>27 de abril</u>, destacando-se a *Comunicação sobre uma* abordagem da UE para a transição para a próxima fase COVID-19; Migração legal - pacote de competências e talentos; Iniciativa contra a litigância abusiva dirigida a jornalistas e direitos dos defensores; Revisão do Regulamento Financeiro.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 11.04: Conselho (Negócios Estrangeiros)

- 12.04: Conselho dos Assuntos Gerais

13. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de março aqui e do arquivo *online* aqui.

Bruxelas | 11 de abril de 2022

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.